

EDITORIAL

Caros leitores,

O quarto número desse ano conta com artigos que tratam dos seguintes temas: comprometimento do consumidor, políticas públicas, redes de cooperação, responsabilidade socioambiental, políticas de remuneração, novo serviço público e gestão de recursos hídricos.

O artigo “O comprometimento do consumidor com a fonte pública de informações” de José Roberto Ribas e Luiz Carlos Monteiro propõe a especificação de um modelo que possui a variável comprometimento afetada por duas variáveis mediadoras, valor percebido e confiança, as quais, por sua vez, são influenciadas pelos antecedentes: atributos tangíveis, atributos intangíveis, reputação e satisfação anterior. Ao final do trabalho, conclui-se que tanto a confiança quanto o valor percebido da informação foram importantes na explicação do comprometimento do consumidor com a busca e a utilização da informação, fornecida por uma fonte pública, como reforço cognitivo no processo de compra.

“Um modelo de políticas públicas gerador de renda: uma experiência promovida pela prefeitura municipal de São Paulo” de Rogério Braga Silveira, Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães, Sônia Faria Mendes Braga e Antonio Del Maestro Filho descreve uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de investigar a adoção de políticas públicas destinadas a desenvolver na população as habilidades necessárias à sua inclusão no mercado de trabalho. Para tanto focalizou a experiência desenvolvida pelo poder público no município de São Paulo, cujo modelo visa combater os efeitos da precarização e informalização do trabalho, com um enfoque diferente da visão assistencialista tradicional, pois procura recapacitar o participante tanto em termos ocupacionais, quanto elevar sua auto-estima e torná-lo consciente de sua cidadania.

Ionara Rech, Edimara Mezzomo Luciano e Mauricio Gregianin Testa em “Identificação dos elementos motivadores e desmotivadores para a associação e permanência de empresas em redes de desenvolvimento” procuram identificar os elementos que motivam empresas a persistirem nas atividades de uma rede de cooperação, em virtude da importância destas especialmente em economias regionais. O resultado foi um conjunto de elementos que determinam a motivação (relacionados especialmente à possibilidade de aprendizagem e identificação com os objetivos da rede) e a desmotivação (relacionados à falta de visão de grupo e ação individual de alguns componentes da rede) em cada etapa do ciclo de vida das redes.

O artigo de Laura Calixto intitulado “Responsabilidade socioambiental: a percepção das ONGs ambientalistas” investiga a percepção das ONGs quanto à responsabilidade socioambiental que as empresas têm assumido, divulgando para os seus *stakeholders* relatórios sobre os investimentos efetuados nesta área. O trabalho contribui para fortalecer o debate sobre os impactos das atividades empresariais, bem como, a percepção que as ONGs têm a respeito dos investimentos socioambientais efetuados por aquelas. Os resultados deste estudo demonstram a relevância do tema para um grupo de *stakeholders* cada vez mais interessado nas decisões que são tomadas pelas empresas no que se refere aos seus investimentos socioambientais.

O quinto artigo “Desmistificação do diferencial de remunerações nas empresas. A segregação como verdadeira determinante” de Carlos Manuel Coelho Duarte, José Paulo Esperança, José Dias Curto e Maria Conceição Santos analisa os determinantes da remuneração entre os colaboradores das empresas portuguesas. A metodologia proposta para a análise do diferencial de remuneração é inovadora, dado que se estimam, separadamente para homens e mulheres, modelos econométricos

Tobit (com a mesma estrutura de variáveis dependentes e independentes) em vez de se utilizar a decomposição de Oaxaca-Blinder. A segregação existente no mercado de trabalho é um dos principais fatores subjacentes ao diferencial de remuneração. Porém, com o crescente envolvimento dos homens nas atividades domésticas, as mulheres ficam mais livres para atividades de “lobbying”, criando condições para ultrapassar o fenômeno de segregação.

“Os saberes dos secretários de juizados especiais cíveis catarinenses frente à proposta do novo serviço público” de Adalto Aires Parada, Graziela Dias Alperstedt e Simone Ghisi Feuerschütte analisa os saberes representados pelos recursos que expressam a competência do profissional para enfrentar as situações complexas do seu contexto de trabalho. Os resultados mostraram que os saberes dos Secretários de Cartórios parecem estar alinhados à proposta do modelo do Novo Serviço Público, porém, também revelam que na gestão do Poder Judiciário catarinense ainda predominam preceitos e práticas tradicionais da “Velha Administração Pública”.

O último artigo “Cobrança pelo uso da água: visões a partir dos membros do comitê de bacia hidrográfica do rio Pirapama, Pernambuco” de Thiago Ferreira Dias, Henrique Osvaldo Monteiro de Barros e Washington José de Souza utiliza uma abordagem qualitativa a partir da análise de conteúdo dos dados secundários e primários obtidos através de entrevistas. Verificou-se que 29% dos entrevistados são contra a proposta de cobrança. As posições contrárias à cobrança pelo uso da água têm relação direta com as dúvidas quanto à operacionalização da cobrança e a efetiva aplicação dos valores arrecadados, mostrando que a cobrança não deve ser vista como um instrumento isolado e capaz de resolver todas as questões da gestão dos recursos hídricos.

Boa Leitura!

Elaine Ferreira
Sidnei Vieira Marinho
Editores da Revista Alcance